

Eixo III - Gestão do Trabalho / ESPASO - Educação Permanente

“A gestão do trabalho na política de assistência social é incompatível com processos gerenciais de controle de pessoas, pela mera adequação entre perfis e funções, assim como a oferta de capacitações para transmissão de orientações e conhecimentos. A concepção de gestão do trabalho no SUAS supõe processos unificados e construídos coletivamente, com definição de requisitos, competências e perfis profissionais para o desenvolvimento de funções correspondentes aos controles democráticos, às responsabilidades de gestão e ao atendimento prestado, com implementação de condições condignas de trabalho. Portanto, trata-se de uma gestão que obedece às diretrizes da participação e democratização de processos que ampliem e qualifiquem trabalho e os direitos” [dos cidadãos usuários dos serviços socioassistenciais]. (Jucimeri Isolda Silveira, 2011, p.20)

Gestão do Trabalho – Coordenadoria de Gestão de Pessoas

A coordenadoria de Gestão de Pessoas, atualmente responsável pela Supervisão de Eventos Funcionais, tem como missão a valorização dos trabalhadores do SUAS, através de eventos que atendam às necessidades da administração e dos trabalhadores sociais.

Em 2010 foi solicitada a abertura de concurso público para os cargos de Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social – Serviço Social, Especialista em Saúde – Psicologia e Assistente de Gestão de Políticas Públicas (AGPP), visando a implantação de novas unidades de CRAS e CREAS, que foram inauguradas no período de 2009 a 2012.

Nesta gestão, e a partir do Plano de Metas apresentado pela Administração, a Sra. Secretária solicitou um estudo para a readequação dos cargos anteriormente requisitados, com objetivo de viabilizar a implantação dos novos CRAS, CREAS e Centros Pop. Esse estudo já foi encaminhado para a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEMPLA.

A NOB-RH/SUAS tem como diretriz a instituição de mesas de negociação entre gestores públicos e trabalhadores do SUAS, o que já foi instituído pela atual gestão, com a participação de representantes dos gestores públicos e do sindicato dos servidores municipais, sob a coordenação de SEMPLA. É um processo participativo, que busca promover o desenvolvimento profissional dos trabalhadores nos vários aspectos de sua vida funcional e conseqüentemente, a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

Saúde do Trabalhador

A Coordenadoria de Gestão de Pessoas tem sido constantemente notificada sobre servidores que estão sofrendo prejuízo no desempenho de suas funções e/ou no ambiente de trabalho, comprometendo a qualidade da prestação de serviços à população. Dados apresentados no Atlas Municipal de Gestão de Pessoas, edição 2012, elaborado pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLA, apontam número crescente de licenças na Prefeitura Municipal de São Paulo. Na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, vimos um número cada vez maior de servidores adoecidos e/ou com dificuldades em desempenhar sua função, principalmente no que diz respeito aos adoecimentos psíquicos.

No esforço de identificar os fatores que estão contribuindo para o adoecimento desses trabalhadores, a SMADS, através da Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, do ESPASO e Gabinete, está elaborando a proposta de uma pesquisa voltada aos servidores públicos e trabalhadores das organizações sociais conveniadas. O resultado dessa pesquisa norteará ações no campo da Gestão do Trabalho capazes de assegurar condições adequadas de trabalho e, por consequência, qualidade na prestação de serviços socioassistenciais à população do Município de São Paulo.

Espaço do Aprender Social - ESPASO

O Espaço Público do Aprender Social – ESPASO – compõe a estrutura de gestão do trabalho na Política de Assistência Social da Cidade de São Paulo, juntamente com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas. A direção do ESPASO tem por objetivo contribuir para que o trabalho no SUAS assegure os direitos dos usuários dos serviços e benefícios socioassistenciais por meio de uma atenção profissionalizada, fundamentada em conhecimentos sistematizados e eticamente comprometida com a participação dos cidadãos.

Desde 2003, o Espaço Público do Aprender Social – ESPASO – integra a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), conforme Portaria nº 41/SAS/2003. Desenvolve capacitações para os trabalhadores do SUAS da Cidade de São Paulo: servidores públicos, trabalhadores de organizações sociais e conselheiros. Seu objetivo é promover processos educativos que tragam conteúdos teóricos e metodológicos para aprimorar a qualidade dos processos de gestão e da oferta de serviços e benefícios socioassistenciais à população.

Desde sua criação, oferta formação em gestão pública, particularmente no campo da Política de Assistência Social, além de fomentar a cooperação técnica municipal, nacional e internacional.

Por meio do Centro do Conhecimento da Assistência Social – CECOAS, organiza e dá acesso às publicações na área de assistência social provenientes da própria Secretaria (legislações, publicações internas, pesquisas desenvolvidas pelos profissionais da SMADS e da ONGs parceiras), além daqueles produzidos nas universidades e no mercado editorial.

Nessa perspectiva, visa manter espaços para a aprendizagem coletiva e a troca de experiências que possam contribuir para que os trabalhadores da assistência social estejam preparados para responder às demandas sociais, desenvolvendo a reflexão crítica sobre a realidade institucional e realidade social, em um esforço contínuo na sua modificação e re-construção. Facilita ainda, o acesso ao conhecimento produzido nas universidades, favorecendo o trabalho interdisciplinar nas equipes das unidades estatais e organizações conveniadas.

Em 2004, o ESPASO capacitou mais de 3.000 pessoas pelos diversos programas, dentre eles: Programa Formar, Programa de Conselheiros Municipais, Programa de Gestores de Aprendizagem Socioeducativa, Programa de Reorganização Institucional e Jornadas formativas para servidores dos Centros de Convivência da SAS.

No período de 2005/2007, atento às mudanças na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e na própria organização da política de assistência social, o ESPASO adequou os conteúdos e as abordagens dos cursos às demandas dos profissionais. Neste período, ofertou cerca de 13 mil vagas para diferentes públicos, contemplando temáticas prioritárias da gestão municipal, como a metodologia de trabalho com famílias (Programa Ação Família) e na Proteção Social Especial, fortalecendo as ações dos profissionais do Programa São Paulo Protege.

Entre os anos 2008/2012, cerca de 38 mil vagas foram ofertadas para os trabalhadores do SUAS na Cidade de São Paulo, ampliando o campo temático das capacitações na Proteção Social Especial (atenção à população em situação de rua, ao idoso, à pessoa com deficiência; crianças e adolescentes em acolhimento institucional e vítimas de violência; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; além da violência de gênero). Na Proteção Social Básica destacaram-se os serviços de convívio para crianças e adolescentes e a inclusão produtiva, entre outros; e ainda o fortalecimento do controle social.

Em 2013, com a aprovação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (Resolução CNAS n. 4, de 13 de março de 2013), o ESPASO assume o desafio de implantação do Plano Municipal de Educação Permanente. Como materialização deste compromisso, a equipe do ESPASO esteve presente nas 31 pré-conferências realizadas na Cidade de São Paulo.

Nestes espaços, pode garantir informações sobre as capacitações realizadas no período de 2009-2012, prestando esclarecimentos quando solicitada pelos participantes do eixo “Gestão do

Trabalho”. As pré-conferências também foram um espaço de escuta das demandas dos trabalhadores sociais, usuários dos serviços socioassistenciais e gestores do SUAS.

A equipe do ESPASO analisou o conteúdo das deliberações sistematizado pela Solar Consultoria, a fim de colaborar na continuidade do debate democrático no espaço da X Conferência Municipal, cujas deliberações darão subsídios para elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente.

Para facilitar a leitura e o debate, o conteúdo das deliberações foi organizado pelos técnicos do ESPASO a partir de três elementos: **públicos** (sujeitos que aprendem); **locais** (espaços onde se aprende); **conteúdos** (o que se aprende).

Públicos: o conjunto das deliberações do eixo Gestão do Trabalho indica que já há consenso de que os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são tanto os servidores públicos, que atuam nos CRAS, CREAS e Centros Pop, quanto os trabalhadores das organizações sociais conveniadas; e, respeitando a diretriz da participação, inclui os conselheiros municipais de assistência social. Além de dizer “quem são” os trabalhadores, as deliberações das pré-conferências também indicam especificidades, como os diferentes níveis de escolaridade e as funções que os profissionais exercem nos serviços/ benefícios e na gestão da assistência social.

No que se refere aos públicos do Plano Municipal de Educação Permanente, o ESPASO reconhece todos profissionais mencionados nas deliberações. E também amplia este entendimento, ao trazer as diretrizes nacionais da Política Nacional de Educação Permanente na medida em que inclui os profissionais que atuam nas funções de gestão (produção de informações, planejamento, orçamento, vigilância e outros), pois seu trabalho contribui para qualificar e aprimorar as condições de trabalho e de acesso aos direitos dos usuários aos serviços e benefícios socioassistenciais. E ainda, em alinhamento ao atual debate nacional, reconhece que os profissionais de nível médio de escolaridade tem papel fundamental no SUAS e, portanto, devem participar dos processos educativos ofertados pelo ESPASO, sobretudo pelo fato de fazerem parte de equipes com formações, habilidades e experiências diversas.

Locais: um grande número de deliberações destaca a necessidade de que as ações do ESPASO sejam realizadas nas diferentes regiões da cidade. Outras recomendam a criação de estruturas descentralizadas, com equipe e orçamento próprios para os processos de educação permanente dos profissionais.

Ao analisar o conjunto destas deliberações, fica evidente que numa metrópole como São Paulo é preciso diversificar os espaços educativos, de modo a aproximá-los dos locais de trabalho das equipes do SUAS. Por isso, a elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente prevê o mapeamento e uso de espaços públicos para realização das ações educativas, além de fortalecer a

parceria com organizações sociais, universidades e outras instituições reconhecidas nas diferentes regiões da cidade.

Na elaboração do Plano Plurianual (PPA), embora os recursos para a Educação Permanente tenham sido ampliados, não foram previstas a criação de novas estruturas descentralizadas do ESPASO, com equipes e orçamento próprios.

A descentralização das ações educativas acontecerá por meio da escuta das demandas, do planejamento e da realização de algumas atividades nas regiões. E ainda é importante considerar que as ações educativas nas instalações físicas do ESPASO (na Vila Mariana e em auditórios descentralizados em cinco regiões da cidade) cumprem uma função importante de reunir profissionais de diferentes regiões da cidade para troca de experiências e produção de conhecimento, a partir de diferentes realidades regionais, assegurando a visão de totalidade das demandas de proteção social na cidade. Por isso, a orientação do ESPASO, busca efetivar o princípio da descentralização da Política de Assistência Social considerando a realidade da metrópole de São Paulo na composição de diferentes locais onde se aprende: regionalizados, garantindo proximidade com as equipes; e centralizado, assegurando a visão de toda a cidade, suas diferenças e sua unidade.

Conteúdos: um número menor de deliberações apontou conteúdos específicos a serem trabalhados no Plano Municipal de Educação Permanente, enfatizando a necessidade de reconhecimento de conteúdos próprios de cada região da cidade.

Seguindo os princípios da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, a construção de conteúdos orienta-se pelo reconhecimento dos saberes já construídos nas práticas profissionais, partindo de situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS; ao mesmo tempo em que amplia estes saberes com a disseminação de conhecimentos científicos e com a troca de experiências. Por isso, a parceria com as Instituições de Ensino Superior é estratégica: não para a mera transmissão de conhecimentos, mas por sua capacidade de sistematizar saberes e práticas, colocando-as em análise, assim como pela realização e compartilhamento de pesquisas que produzem conteúdos significativos capazes de sustentar a direção ética e profissionalizada do SUAS, tal como previsto no Plano Decenal SUAS+ 10.

Dada a especificidade da rede socioassistencial da cidade de São Paulo, predominantemente marcada pelo trabalho das organizações de assistência social conveniadas, é fundamental que o Plano Municipal de Educação Permanente aprofunde o entendimento e o conteúdo da supervisão e monitoramento dos serviços socioassistenciais. Desse modo, a qualificação desta função passa por entendê-la também como uma estratégia de formação em serviço, capaz de assegurar a direção pública da atenção aos usuários.

Por fim, algumas deliberações acenam para a importância de processos educativos que envolvam profissionais de outras secretarias, tais como Saúde e Educação. A ação intersetorial, como estratégia de gestão para buscar mais qualidade e efetividade na atenção à população, está prevista na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e nas regulações pertinentes a alguns programas federais e benefícios socioassistenciais. O ESPASO reconhece a relevância dessa direção, sobretudo pelo impacto que ela tem na qualidade da atenção que assegura o direito dos usuários. Serão buscados os meios institucionais para que este debate seja ampliado. Como ação inicial, o ESPASO e a Coordenadoria de Proteção Social Especial vêm fortalecendo a parceria institucional com a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP em torno do Plano “Crack é possível vencer”, de modo a criar espaços comuns de aprendizado e construção de ações concretas junto às demais secretarias municipais. Outras parcerias serão buscadas como estratégia facilitadora do diálogo entre as diferentes políticas de proteção social, particularmente no âmbito do acompanhamento das famílias beneficiárias de Programa de Transferência de Renda e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).